

--	--



## **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA UNIDADES JUDICIÁRIAS QUE COMPÕEM A 7ª ZONA JUDICIÁRIA**

Aos 26 (vinte e seis) dias de junho de 2024, no Fórum Dr. José Saboya de Albuquerque, na Comarca de Sobral, às 14h30 h, foi realizada a Audiência Pública da Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com a participação das Unidades Judiciárias que compõem a 7ª Zona Judiciária do Estado, de forma presencial. A audiência contemplou as Comarcas de Sobral, (sede), Santana do Acaraú, Massapê, Forquilha, Meruoca, Groaíras, Alcântaras, Moraújo, Cariré, Mucambo, Pacajú, Graça, Reriutaba e Varjota. O encontro teve por objetivo os seguintes tópicos: ouvir as demandas, comentários, elogios e críticas da sociedade em geral, das instituições públicas, das autoridades e dos Magistrados que atuam na referida Zona Judiciária; prestar esclarecimentos à população e permitir a manifestação dos interessados; identificar as demandas sociais no tocante à atuação do Judiciário Estadual, com a finalidade, assim, de envidar esforços na resolução das postulações apresentadas, por meio de um planejamento institucional, assegurando a observância dos direitos e garantias constitucionais do cidadão de acesso à Justiça e promover o debate das propostas de metas do CNJ para 2025. A presente Ata detalha os principais fatos que ocorreram no decorrer da citada Audiência Pública, que contou com a participação de 70 (setenta) pessoas, entre Magistrados, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, servidores, advogados, estudantes, representantes da sociedade civil e autoridades locais. Destaca-se a presença da Exma. Sra. Desembargadora Joriza Magalhães Pinheiro, Ouvidora do Poder Judiciário do Estado do Ceará; dos Juízes Auxiliares da Ouvidoria: Dra. Giselli Lima de Sousa Tavares, Juíza 12ª Vara Criminal de Fortaleza, Dr. Marcos Aurélio Marques Nogueira, Juiz Titular da 1ª Vara do Juri de Fortaleza do Juiz, Dr. Edson Feitosa dos Santos Filho, Juiz de Direito da Comarca de Fortaleza, do Juiz Diretor do Fórum de Sobral Dr. Erick José Pinheiro Pimenta, do Representante da OAB, Dr. Ézio Azevedo, do Defensor Público, Dr. Francisco Edilson Lioila Filho. Além dos magistrados que atuam na 7ª Zona: Dr. Antônio Whashington Frota, Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Sobral, Dra. Joyce Sampaio Bezerril Fontenelle, Juíza da 1ª e 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral, Dr. Paulo Andrade Silva e Castro, Juiz da 2ª

--	--	--

--	--

Vara Criminal de Sobral, Dra. Janayna Marques de Oliveira e Silva, Juíza da 1ª Vara de Família Sucessões da Comarca de Sobral, Dr. Bruno dos Anjos, Juiz do 1º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Sobral, Dr. Antônio Carneiro Roberto, Juiz do 2º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Sobral, Dra. Kathleen Nicola Kilian, Juíza da Infância e Juventude, Dr. Victor Nogueira Pinho, juiz da 5ª N.R de Inquérito da Comarca de Sobral, Dr. Francisco Janailson Pereira Ludugero, Juizado da Mulher e Dr. André Aziz Ferrareto Neme, Juiz da Comarca da 1ª Vara de Granja. A organização da Audiência Pública contou com a participação das servidoras Jéssica Loiola Rabelo e Mônica de Araújo Sales, presentes na cidade Sobral- CE, ambas da Ouvidoria do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. A Audiência Pública foi declarada aberta pelo **Dr. Erick José Pinheiro Pimenta**, Juiz da 2ª Vara Cível de Sobral e Diretor do Fórum que agradeceu e elogiou a presença da Ouvidoria, em seguida passou o uso da palavra para a **Exma. Desembargadora Joriza Magalhães Pinheiro, Ouvidora do Poder Judiciário do Estado do Ceará, que recepcionou os presentes e convidou à reflexão sobre a Ouvidoria como instrumento de gestão democrática, efetivo canal de contato com a sociedade para melhoria da prestação dos serviços judiciários. Divulgou o folder da Ouvidoria e QR-Code para acesso ao SIOGE e canais de atendimento, além de sensibilizar os presentes para construção de propostas de Metas para o Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça, referente ao ano de 2025.** Em seguida, fizeram o uso da palavra os juízes auxiliares da Ouvidoria: **Dra. Giselli Lima de Sousa Tavares**, Juíza 12ª Vara Criminal de Fortaleza, atuando no canal pertinente à defesa dos direitos da mulher, **Dr. Marcos Aurélio Marques Nogueira**, Juiz Titular da 1ª Vara do Juri de Fortaleza, que atua no canal específico relacionado à defesa dos Direitos Humanos e do meio ambiente, e **Dr. Edson Feitosa dos Santos Filho**, Juiz de Direito da Comarca de Fortaleza, atuando no canal relacionado aos acionamentos para as unidades da Comarca de Fortaleza. Em seguida, foram lidas as manifestações recebidas, via e-mail, a primeira do servidor da 3ª Vara Cível de Sobral. **1º) O Senhor Aristóteles Sousa** - mencionou sobre a falta de manutenção do prédio, principalmente em face das chuvas, bem como ressaltou a necessidade de retirada das caixas de processos físicos que já foram digitalizados e ocupam espaço. **2º)** Representando o Ministério Público, **Dr. Paulo Henrique de Freitas Trece** que levantou algumas questões 2.1) sobre a disposição de lixeiras seletivas para coleta de lixo como determina lei municipal; 2.2) uniformização de entendimento das Varas Cíveis quanto ao protocolo de novos processos via SAJ e PJ-e. Após a leitura das referidas manifestações foi passada a palavra aos

--	--	--

--	--

presentes, iniciando pelo **3º**) Representante da OAB, **Dr. Ézio Azevedo**: narrou as dificuldades das unidades judiciárias. **3.1)** a exemplo, as Varas Únicas da região quanto à expedição de precatório/RPV no sistema SAPRE; **3.2)** noticiou a necessidade de melhorar o acesso dos advogados aos Juízes que atuam no NPR – Núcleo de Produtividade Remota; **3.3)** fez referência à necessidade de padronização de atendimento e de realização da audiência para todas as unidades da região (Balcão Virtual, Videoconferência/Presencial); **3.4)** melhoria dos critérios de fixação pelos Juízes das lides predatórias; **3.5)** registrou elogios à atuação dos Juízes da Comarca de Sobral e região. **4º) Emilly Fernandes da Silva** – Assistente da 2ª Vara Cível de Sobral, pediu melhoria da acessibilidade ao usuário através de treinamento para comunicação em libras e disponibilidade de serviço em audiência. **5º) O Juiz Antônio Washington Frota**, que trouxe algumas sugestões. **5.1)** falou sobre a descentralização da gestão da Capital para Núcleos Regionais a fim de que o Coordenador realizasse melhor ajuste nas respondências por férias, licenças e afastamentos dos juízes; **5.2)** criação de Depósito Regional para almoxarifado a fim de facilitar a entrega de material de expediente para todos os municípios da região; **5.3)** quanto ao sistema SAPRE, solicitou verificar a necessidade de juntada de documento comprobatório e a possibilidade da atuação do NUPACI para atender à demanda represada de precatórios/RPV. **6º) Juiz Francisco Janailson Pereira Ludugero** recomendou a melhoria da estrutura da COMAN – Sobral e de maior quantidade de oficiais de justiça para cumprimento dos mandados, principalmente, na área do Juizado da Violência Doméstica, diante da necessidade de rapidez das medidas protetivas e reforçou a reposição dos Oficiais de Justiça aposentados. **7º).** O Defensor Público, **Francisco Edilson Loiola Filho**, relatou as seguintes dificuldades: **7.1)** atuação no Núcleo de Custódia no tocante à alimentação dos presos, transporte dos presos, diante da distância entre as cidades que integram a região do 5º Núcleo; **7.2)** necessidade de programa para disponibilizar roupas dignas para os presos em audiência de custódia; **7.3)** dificuldade de acesso ao Fórum por pessoas de variados bairros de Sobral, uma vez que o prédio do Fórum se localiza em zona de divisão de domínio entre facções criminosas rivais; **7.4)** necessidade de profissionais de saúde para os casos de pessoas com distúrbios mentais. **8º) O Advogado – Dr. Jocel Vasconcelos** relatou a necessidade de reforço no atendimento específico do Setor de Precatórios em Fortaleza; **8.1)** dificuldades na expedição de precatório via SAPRE pelas unidades judiciárias, principalmente de Entrância Inicial; **8.2)** necessidade de estudo da reestruturação de agregação das Comarcas de Reriutaba e Coreaú; **8.3)** destacou que em Coreaú há uma alta demanda, cerca de 6 mil processos; **8.4)** aludiu sobre a Comarca de

--	--	--

--	--

Camocim que está sem Analista Judiciário e com necessidade de reparos na estrutura. 9º) **A Juíza Kathleen Nicola Kilian fez sugestão de Metas ao CNJ para o ano de 2025, propondo o encerramento do parâmetro da contagem de dados em 19 de dezembro de 2025 a fim de que o período do recesso forense (20.12 a 31.12) não impacte os números dos diversos tipos de meta para 1º e 2º graus.** Na sequência, a **Desembargadora Joriza Magalhães Pinheiro** agradeceu a participação de todos. Explicou, ainda, aos presentes que as reclamações e postulações que exijam providência de natureza administrativa ou correccional não é de competência da Ouvidoria. Reforçou que o atendimento da Ouvidoria do Poder Judiciário Estadual ocorre diariamente e ressaltou a distribuição dos folders com os contatos da Ouvidoria, colocando a equipe à disposição para recebimento de demandas através dos diversos canais que a ouvidoria dispõe. Por fim, a Desembargadora afirmou ser a Ouvidoria uma ponte, pela qual serão encaminhados os pleitos e sugestões ora formalizados à Presidência do Tribunal de Justiça e/ou outras unidades internas, funcionando como uma escuta ativa, ouvindo para melhor servir, com o compromisso de acompanhar a resolução das demandas submetidas na presente Audiência Pública. E, nada mais houve a tratar, foi dada por encerrada a Audiência às 16:10 horas, da qual lavrou-se a presente que, lida e aprovada, vai adiante assinada.

Desembargadora Joriza Magalhães Pinheiro  
**Ouvidora do Poder Judiciário do Estado do Ceará**

--	--	--